

No. 29070

**BRAZIL
and
CHILE**

Agreement on cooperation to reduce consumption, prevent abuse and combat production and illicit trafficking of narcotic drugs and psychotropic substances. Signed at Brasília 26 July 1990

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 30 July 1992.

**BRÉSIL
et
CHILI**

Accord relatif à la réduction de la consommation, la prévention de l'abus et la lutte contre la production et le trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes. Signé à Brasília le 26 juillet 1990

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 30 juillet 1992.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO
CHILE PARA A REDUÇÃO DA DEMANDA, PREVENÇÃO DO
USO INDEVIDO E COMBATE À PRODUÇÃO E AO TRÁFICO
ILÍCITOS DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓ-
PICAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Chile,
(doravante denominados "Partes Contratantes")

Conscientes de que o uso indevido e o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas representam uma grave ameaça à saúde e ao bem-estar de seus povos e um problema que afeta as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais de seus países;

Guiados pelos objetivos e princípios que regem os tratados vigentes sobre fiscalização de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas;

De conformidade com os propósitos da Convenção Única de 1961 sobre Entorpecentes, emendada pelo Protocolo de 1972, da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971, do Acordo Sul-americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos de 1973, e da Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988;

Inspirados no Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro contra o Consumo, a Produção e o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1986; na Declaração Política e no Programa Global de Ação aprovados na XVII Sessão Extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, de fevereiro de 1990; na Declaração Política adotada pela Conferência Ministerial Mundial de Londres sobre Redução da Demanda de Drogas e Ameaça da

Cocaína, de abril de 1990, e na Declaração e Programa de Ação de Ixtapa, de abril de 1990;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes respeitadas as leis e regulamentos em vigor em seus respectivos países, propõem-se a harmonizar suas políticas e a realizar programas coordenados para a prevenção do uso indevido de drogas, a reabilitação do farmacodependente e o combate à produção e ao tráfico ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas.

2. As políticas e programas acima mencionados levarão em conta as convenções internacionais em vigor para ambos países.

ARTIGO II

1. Para atingir os objetivos estipulados no Artigo anterior, as autoridades designadas pelas Partes Contratantes desenvolverão as seguintes atividades, obedecidas as disposições de suas legislações respectivas:

- a) intercâmbio de informação policial e judicial sobre produtores, processadores, traficantes de entorpecentes e psicotrópicos e participantes em delitos conexos;
- b) estratégias coordenadas para a prevenção do uso indevido de drogas, a reabilitação do farmacodependente, o controle de precursores e substâncias químicas utilizadas na fabricação de drogas, bem como para o combate à produção e ao tráfico ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- c) intercâmbio de informações sobre programas nacionais que se refiram às atividades previstas na alínea anterior;
- d) cooperação técnica e científica visando a intensificar o estabelecimento de medidas para detectar, controlar e

erradicar plantações e cultivos realizados com o objetivo de produzir entorpecentes e substâncias psicotrópicas em violação ao disposto na Convenção de 1961 em sua forma emendada;

- e) intercâmbio de informação e experiências sobre suas respectivas legislações e jurisprudências em matéria de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- f) intercâmbio de informações sobre as sentenças condenatórias pronunciadas contra narcotraficantes e autores de delitos conexos;
- g) fornecimento, por solicitação de uma das Partes, de antecedentes sobre narcotraficantes e autores de delitos conexos;
- h) intercâmbio de funcionários de seus serviços competentes para o estudo das técnicas especializadas utilizadas em cada país, e
- i) estabelecimento, de comum acordo, de mecanismos que se considerem necessários para a adequada execução dos compromissos assumidos pelo presente Acordo.

2. As informações que reciprocamente se proporcionarem as Partes Contratantes, de acordo com as alíneas a) e g) do parágrafo 1 do presente Artigo deverão constar em documentos oficiais dos respectivos serviços públicos, os quais terão caráter reservado.

ARTIGO III

Para os efeitos do presente Acordo, entende-se por "serviços competentes" os órgãos oficiais encarregados, no território de cada uma das Partes Contratantes, da prevenção do uso indevido de drogas, da reabilitação do farmacodependente, do combate à produção e ao tráfico ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e toda outra instituição que os respectivos Governos designem em casos específicos.

ARTIGO IV

1. As Partes Contratantes, na medida em que o permitam seus respectivos dispositivos legais, procurarão harmonizar os critérios e procedimentos concernentes à extradição de indiciados e condenados por tráfico ilícito de drogas, à qualificação da reincidência e ao confisco de bens.

2. Cada Parte Contratante dará conhecimento à outra das sentenças por ela pronunciadas por delitos de tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, quando se referirem a nacionais da outra Parte Contratante.

ARTIGO V

Com vistas à consecução dos objetivos do presente Acordo, representantes dos dois Governos reunir-se-ão por solicitação de uma das Partes Contratantes para:

- a) recomendar aos Governos, no marco do presente Acordo, programas conjuntos de ação que serão desenvolvidos pelos órgãos competentes de cada país;
- b) avaliar o cumprimento de tais programas de ação;
- c) elaborar planos para a prevenção do uso indevido e a repressão coordenada do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e a reabilitação do farmacodependente, e
- d) propor aos respectivos Governos as recomendações que considerem pertinentes para a melhor aplicação do presente Acordo.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes designarão oportunamente as autoridades responsáveis pela coordenação de todas as atividades previstas no Artigo II.

ARTIGO VII

O presente Acordo poderá ser modificado, por mútuo consentimento das Partes Contratantes, por troca de notas diplomáticas. Tais emendas entrarão em vigor em conformidade com as respectivas legislações nacionais.

ARTIGO VIII

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento dos procedimentos exigidos pelas respectivas legislações para a aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data de recebimento da última destas notificações.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante comunicação, por via diplomática, com seis meses de antecedência.

Feito em Brasília, aos dias dos mês de julho de 1990, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[Signed — Signé]

FRANCISCO REZEK

Pelo Governo
da República do Chile:

[Signed — Signé]

ENRIQUE SILVA CIMMA

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACIÓN ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE CHILE PARA LA REDUCCIÓN DEL CONSUMO, PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y COMBATE A LA PRODUCCIÓN Y EL TRAFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTROPICAS

EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
y,

EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE CHILE
(EN ADELANTE DENOMINADOS "PARTES CONTRATANTES")

Conscientes de que el uso indebido y el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, representan una grave amenaza a la salud y al bienestar de sus pueblos y un problema que afecta las estructuras políticas, económicas, sociales y culturales de sus países;

Guiados por los objetivos y principios que rigen los Tratados vigentes sobre fiscalización de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;

De conformidad con los propósitos de la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes, modificada por el Protocolo de 1972, la Convención sobre Sustancias Psicotrópicas de 1971, el Acuerdo Sudamericano sobre Estupefacientes y Psicotrópicos de 1973, y de la Convención de Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas de 1988;

Inspirados en el Programa Interamericano de Acción de Río de Janeiro contra el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias psicotrópicas de 1986, la Declaración Política y el Programa de Acción Global aprobado en la XVII Sesión Extraordinaria de la Asamblea General de las Naciones Unidas, de febrero de 1990; la Declaración Política adoptada por la Conferencia Ministerial Mundial de Londres sobre Reducción del Consumo de Drogas y Amenaza de la Cocaína, de abril de 1990, y la Declaración y Programa de Acción de Ixtapa, de abril de 1990;

ACUERDAN LO SIGUIENTE :

A R T I C U L O I

1. Las Partes Contratantes respetuosas de las leyes y reglamentos vigentes en sus respectivos países, se proponen armonizar sus políticas y realizar programas coordinados para la prevención del uso indebido de drogas, la rehabilitación del farmacodependiente y el combate a la producción y el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas.
2. Las políticas y programas anteriores tomarán en cuenta las convenciones internacionales vigentes para ambos países.

A R T I C U L O II

1. Para el logro de los objetivos estipulados en el artículo anterior, las autoridades designadas por las Partes Contratantes desarrollarán las siguientes actividades con sujeción a lo dispuesto en sus respectivas legislaciones:

- A. Intercambio de información policial y judicial sobre productores, procesadores, traficantes de estupefacientes y psicotrópicos y de los participantes en los delitos conexos;
- B. Estrategias coordinadas para la prevención del uso indebido de drogas, la rehabilitación del farmacodependiente, el control de precursores y sustancias químicas utilizadas en la fabricación de drogas, como asimismo para el combate a la producción y el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;
- C. Intercambio de información sobre programas nacionales que se refieran a las actividades previstas en la letra anterior;
- D. Cooperación técnica y científica con el fin de intensificar el establecimiento de medidas para detectar, controlar y erradicar plantaciones y cultivos realizados con el objeto de producir estupefacientes y sustancias psicotrópicas, en violación a lo dispuesto en la Convención de 1961 en su forma modificada;
- E. Intercambio de información y experiencias sobre sus respectivas legislaciones y jurisprudencias en materias de estupefacientes y sustancias psicotrópicas;
- F. Intercambio de información acerca de las sentencias condenatorias dictadas contra narcotraficantes y autores de delitos conexos;

- G. Suministrar, a solicitud de una de las Partes Contratantes, antecedentes sobre narcotraficantes y autores de delitos conexos;
- H. Intercambio de funcionarios de sus servicios competentes para el estudio de las técnicas especializadas en cada país; e
- I. Establecimiento, de común acuerdo, de los mecanismos que se consideren necesarios para la adecuada ejecución de los compromisos adquiridos conforme al presente acuerdo.

2. Las informaciones que recíprocamente se proporcionen las Partes Contratantes, en virtud de lo señalado en los literales A. y G. del párrafo 1. del presente artículo, deberán contenerse en documentos oficiales de los respectivos servicios públicos, los que tendrán carácter de reservado.

ARTICULO III

Para los efectos del presente Acuerdo, se entiende por "Servicios Competentes" los órganos oficiales encargados en el territorio de cada una de las Partes Contratantes, de la prevención del uso indebido de drogas, de la rehabilitación del farmacodependiente, del combate a la producción y el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas y toda otra institución que los respectivos gobiernos designen en casos específicos.

ARTICULO IV

1. Las Partes Contratantes, en la medida que lo permitan sus disposiciones legales, procurarán uniformar

los criterios y procedimientos concernientes a la extradición de enjuiciados y condenados por tráfico ilícito de drogas. La calificación de la reincidencia y el aseguramiento de bienes.

2. Cada Parte Contratante comunicará a la otra las sentencias por ella pronunciadas por delitos de tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, cuando ellas se refieran a nacionales de la otra Parte Contratante.

ARTICULO V

Con miras al logro de los objetivos del presente acuerdo, los representantes de ambos gobiernos se reunirán, a solicitud de una de las Partes Contratantes, para:

- A. Recomendar a los Gobiernos, en el marco del presente acuerdo, programas conjuntos de acción que serán desarrollados por los órganos competentes de cada país;
- B. Evaluar el cumplimiento de tales programas de acción;
- C. Elaborar planes para la prevención del uso indebido y la represión coordinada del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas y la rehabilitación del farmacodependiente; y

- D. Proponer a los respectivos gobiernos las recomendaciones que consideren pertinentes para la mejor aplicación del presente Acuerdo.

ARTICULO VI

Las Partes Contratantes designarán oportunamente a las autoridades responsables para la coordinación de todas las actividades previstas en el Artículo II.

ARTICULO VII

El presente Acuerdo podrá ser modificado, por mutuo consentimiento de las Partes Contratantes, mediante el canje de Notas Diplomáticas. Estas enmiendas entrarán en vigencia de conformidad con las respectivas legislaciones nacionales.

ARTICULO VIII

1. Cada Parte Contratante notificará a la otra por la vía diplomática, del cumplimiento de los procedimientos exigidos por las respectivas legislaciones para la aprobación del presente acuerdo, el cual entrará en vigencia en la fecha que se reciba la última de estas notificaciones.

2. El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes Contratantes mediante comunicación, por vía diplomática, con seis meses de anticipación.

Hecho en Brasília a los veintiseis días del mes de julio de mil novecientos noventa, en dos ejemplares, en idioma español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República de Chile:

[Signed — Signé]

ENRIQUE SILVA CIMMA

Por el Gobierno
de la República Federativa del Brasil:

[Signed — Signé]

FRANCISCO REZEK

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF CHILE ON COOPERATION TO REDUCE CONSUMPTION, PREVENT ABUSE AND COMBAT PRODUCTION AND ILLICIT TRAFFICKING OF NARCOTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of the Republic of Chile (hereinafter referred to as the “Contracting Parties”),

Aware that the abuse of and illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances pose a serious threat to the health and well-being of their peoples and constitute a problem that affects the political, economic, social and cultural structures of their countries;

Guided by the objectives and principles of existing treaties on the control of narcotic drugs and psychotropic substances;

In accordance with the purposes of the 1961 Single Convention on Narcotic Drugs² as amended by the 1972 Protocol,³ the 1971 Convention on Psychotropic Substances,⁴ the 1973 South American Agreement on Narcotic Drugs and Psychotropic Substances⁵ and the 1988 United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances;⁶

Inspired by the 1986 Inter-American Programme of Action of Rio de Janeiro against the Illicit Use and Production of Narcotic Drugs and Psychotropic Substances and Traffic Therein; the February 1990 Political Declaration and Global Programme of Action⁷ adopted by the United Nations General Assembly at its seventeenth special session; the April 1990 political Declaration adopted in London at the World Ministerial Summit to Reduce the Demand for Drugs and to Combat the Cocaine Threat; and the April 1990 Ixtapa Declaration and Programme of Action;

Have agreed as follows:

Article I

1. With due respect for the laws and regulations in force in their respective countries, the Contracting Parties undertake to harmonize their policies and carry out coordinated programmes for preventing drug abuse, rehabilitating drug addicts

¹ Came into force on 8 June 1992, the date of receipt of the last of the notifications by which the Contracting Parties informed each other of the completion of the required procedures, in accordance with article VIII (1).

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 520, p. 151; vol. 557, p. 280 (corrigendum to vol. 520); vol. 570, p. 346 (Procès-verbal of rectification of the authentic Russian text), and vol. 590, p. 325 (Procès-verbal of rectification of the authentic Spanish text).

³ *Ibid.*, vol. 976, p. 3.

⁴ *Ibid.*, vol. 1019, p. 175.

⁵ *Ibid.*, vol. 1039, p. 53.

⁶ *Ibid.*, vol. 1582, No. I-27627.

⁷ United Nations, *Official Records of the General Assembly, Seventeenth Special Session, Supplement No. 2 (A/S-17/13)*, p. 5.

and combating the production of narcotic drugs and psychotropic substances and the illicit traffic therein.

2. The above-mentioned policies and programmes shall take into account the international conventions in force for both countries.

Article II

1. To achieve the objectives set forth in the preceding article, the authorities designated by the Contracting Parties shall engage in the following activities, without prejudice to the provisions of their respective laws:

(a) Exchanging political and judicial information on narcotic drug and psychotropic substance producers, processors and traffickers and on participants in the related crimes;

(b) Coordinating strategies to prevent drug abuse, rehabilitate drug addicts, control precursors and chemicals used in the manufacture of drugs, and combat the production of narcotic drugs and psychotropic substances and the illicit traffic therein;

(c) Exchanging of information on national programmes relating to the activities provided for in (b) above;

(d) Carrying out technical and scientific cooperation aimed at stepping up measures to detect, control and eradicate plantations and crops established for the purpose of producing narcotic drugs and psychotropic substances in violation of the 1961 Convention as amended;

(e) Exchanging information and experience regarding their respective laws and judicial decisions in the area of narcotic drugs and psychotropic substances;

(f) Exchanging information concerning sentences received by drug traffickers and perpetrators of related crimes;

(g) Supplying, at the request of the other Contracting Party, information on drug traffickers and perpetrators of related crimes;

(h) Exchanging employees from their competent offices for the study of the specialized techniques used in each country; and

(i) Establishing by mutual agreement such mechanisms as are considered necessary for the proper fulfilment of the commitments assumed under this Agreement.

2. Information exchanged between the Contracting Parties pursuant to subparagraphs (a) and (g) of paragraph 1 of this article must be recorded in official documents of the respective public offices, which shall be restricted in nature.

Article III

For the purposes of this Agreement, the term "competent offices" shall be understood to mean the official bodies responsible in the territory of each of the Contracting Parties for preventing drug abuse, rehabilitating drug addicts and combating the production of narcotic drugs and psychotropic substances and the illicit traffic therein, together with any other institutions which the respective Governments may designate in specific cases.

Article IV

1. In so far as possible under their respective laws, the Contracting Parties shall standardize their criteria and procedures with respect to the extradition of those accused or convicted of illicit drug trafficking, the definition of recidivism and the confiscation of property.

2. Each Contracting Party shall inform the other of its judgements regarding offences of illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances when the judgements relate to nationals of the other Contracting Party.

Article V

With a view to achieving the objectives of this Agreement, the representatives of the two Governments shall, at the request of either Contracting Party, meet for the following purposes:

(a) To recommend to the Governments, in the context of this Agreement, joint programmes of action to be carried out by the competent bodies of each country;

(b) To evaluate the performance of such programmes of action;

(c) To draw up plans for the prevention of the abuse of narcotic drugs and psychotropic substances, the coordinated repression of illicit traffic therein and the rehabilitation of drug addicts, and

(d) To make any recommendations to the respective Governments which they consider appropriate for improving the application of this Agreement.

Article VI

The Contracting Parties shall designate in due course the authorities which shall be responsible for coordinating all of the activities provided for in article II.

Article VII

This Agreement may, subject to the mutual consent of the Contracting Parties, be amended by exchange of diplomatic notes. Amendments shall enter into force in accordance with the respective national laws.

Article VIII

1. Each Contracting Party shall notify the other through the diplomatic channel of the completion of the procedures required under its laws for the approval of this Agreement, which shall enter into force on the date on which the latter such notification is received.

2. Either of the Contracting Parties may denounce this Agreement subject to six months' notice communicated through the diplomatic channel.

DONE at Brasília on 26 July 1990, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]

FRANCISCO REZEK

For the Government
of the Republic of Chile:

[Signed]

ENRIQUE SILVA CIMMA

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CHILI RELATIF À LA RÉDUCTION DE LA CONSOMMATION, LA PRÉVENTION DE L'ABUS ET LA LUTTE CONTRE LA PRODUCTION ET LE TRAFIC ILLICITE DES STUPÉFIANTS ET DES SUBSTANCES PSYCHOTROPES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République du Chili (ci-après dénommés les « Parties contractantes »),

Conscients que l'abus et le trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes constituent une grave menace pour la santé et le bien-être de leurs peuples et un problème qui affecte les structures politiques, économiques, sociales et culturelles de leurs pays,

Guidés par les objectifs et les principes régissant les traités en vigueur sur la réglementation des stupéfiants et des substances psychotropes;

Conformément aux propositions de la Convention unique de 1961 sur les stupéfiants², modifiée par le Protocole de 1972³, de la Convention de 1971 sur les substances psychotropes⁴, de l'Accord sud-américain de 1973 relatif aux stupéfiants et les substances psychotropes⁵, et de la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes, de 1988⁶;

Inspirés par le Programme interaméricain d'action de Rio de Janeiro contre la consommation, la production et le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, de 1986, par la Déclaration politique et le Programme mondial d'action approuvé à la XVII^e Session extraordinaire de l'Assemblée générale des Nations Unies, de février 1990⁷; par la Déclaration politique adoptée par la Conférence ministérielle mondiale de Londres sur la réduction de la consommation de drogues et la menace de la cocaïne, d'avril 1990, et par la Déclaration et programme d'action d'Ixtapa, d'avril 1990,

Sont convenus de ce qui suit :

¹ Entré en vigueur le 8 juin 1992, date de réception de la dernière des notifications par lesquelles les Parties contractantes se sont informées de l'accomplissement des formalités exigées, conformément au paragraphe 1 de l'article VIII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 520, p. 151; vol. 557, p. 280 (rectificatif au vol. 520); vol. 570, p. 347 (procès-verbal de rectification du texte authentique russe), et vol. 590, p. 325 (procès-verbal de rectification du texte authentique espagnol).

³ *Ibid.*, vol. 976, p. 3.

⁴ *Ibid.*, vol. 1019, p. 175.

⁵ *Ibid.*, vol. 1039, p. 53.

⁶ *Ibid.*, vol. 1582, n° 1-27627.

⁷ Nations Unies, *Documents officiels de l'Assemblée générale, dix-septième session spéciale, Supplément n° 2 (A/S-17/13)*, p. 5.

Article premier

1. Les Parties contractantes, sous réserve des lois et règlements en vigueur dans leurs pays respectifs, se proposent d'harmoniser leurs politiques et de mettre en œuvre des programmes coordonnés pour la prévention de l'abus de drogues, la réadaptation du pharmacodépendant et la lutte contre la production et le trafic illécite de stupéfiants et de substances psychotropes.

2. Les politiques et programmes ci-dessus mentionnés tiendront compte des conventions internationales en vigueur entre les deux pays.

Article II

1. Pour atteindre les objectifs stipulés dans l'article qui précède, les autorités désignées par les Parties contractantes déploient les activités ci-après, sous réserve des dispositions de leurs législations respectives :

a) Echange d'informations politiques et judiciaires concernant les producteurs, transformateurs, trafiquants de stupéfiants et de substances psychotropes et les participants à des délits connexes;

b) Stratégies coordonnées pour la prévention de l'abus de drogues, la réadaptation du pharmacodépendant, le contrôle des précurseurs et des substances chimiques utilisées dans la fabrication de drogues, ainsi que pour la lutte contre la production et le trafic illicite des stupéfiants et substances psychotropes;

c) Echange d'informations sur les programmes nationaux relatifs aux activités prévues à l'alinéa qui précède;

d) Coopération technique et scientifique en vue d'intensifier la mise au point de mesures pour détecter, contrôler et éliminer les plantations et les cultures réalisées dans le but de produire des stupéfiants et des substances psychotropes, en violation des dispositions de la Convention de 1961 dans sa version modifiée;

e) Echange d'informations et d'expériences concernant leurs législations et jurisprudences respectives en matière de stupéfiants et de substances psychotropes;

f) Echange d'informations concernant les condamnations pénales prononcées contre les narcotrafiquants et auteurs de délits connexes;

g) Communication, à la demande de l'une des Parties contractantes, des antécédents relatifs aux narcotrafiquants et auteurs de délits connexes;

h) Echange de fonctionnaires de leurs services compétents pour l'étude des techniques spécialisées dans chaque pays; et

i) Mise au point, d'un commun accord, des mécanismes qui seraient jugés nécessaires pour la mise en œuvre adéquate des arrangements conclus conformément au présent Accord.

2. Les informations que les Parties se communiquent réciproquement, en vertu des dispositions des points a et g du paragraphe 1 du présent article, devront figurer dans les documents officiels des services publics respectifs, documents qui auront un caractère confidentiel.

Article III

Aux fins du présent Accord, on entend par « Services compétents », les organes officiels chargés, sur le territoire de chacune des Parties contractantes, de la prévention de l'abus de drogues, de la réadaptation du pharmacodépendant, de la lutte

contre la production et le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et toute autre institution que les Gouvernements respectifs désignent dans des cas particuliers.

Article IV

1. Les Parties contractantes, dans la mesure où leurs dispositions législatives le leur permettent, s'efforceront d'uniformiser les critères et les procédures concernant l'extradition des inculpés et condamnés pour trafic illicite de drogues, la qualification de récidive et la confiscation de biens.

2. Chaque Partie contractante communiquera à l'autre les condamnations prononcées par elle pour délits de trafic illicite de stupéfiants et substances psychotropes, lorsqu'elles concernent des ressortissants de l'autre Partie contractante.

Article V

En vue d'atteindre les objectifs du présent Accord, les représentants des deux Gouvernements se réuniront, à la demande de l'une des Parties contractantes, pour :

a) Recommander aux Gouvernements, dans le cadre du présent Accord, des programmes conjoints d'action, qui seront mis en œuvre par les organes compétents de chaque pays;

b) Procéder à l'évaluation de l'exécution de tels programmes d'action;

c) Elaborer des plans pour la prévention de l'abus et la répression coordonnée du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes et la réadaptation du pharmacodépendant, et

d) Proposer aux Gouvernements respectifs les recommandations qu'ils jugeront pertinentes pour une meilleure application des dispositions du présent Accord.

Article VI

Les Parties contractantes désigneront en temps opportun les autorités responsables de la coordination de toutes les activités prévues à l'article II.

Article VII

Le présent Accord pourra être modifié, par consentement mutuel des Parties contractantes, moyennant l'échange de notes diplomatiques. Ces modifications entreront en vigueur conformément aux dispositions des législations nationales respectives.

Article VIII

1. Chacune des Parties contractantes notifiera à l'autre, par la voie diplomatique, l'accomplissement des formalités exigées par les législations respectives pour l'approbation du présent Accord, qui entrera en vigueur à la date de la réception de la dernière de ces notifications.

2. Le présent Accord pourra être dénoncé par l'une quelconque des Parties contractantes moyennant communication par la voie diplomatique, avec préavis de six mois.

FAIT à Brasília, le 26 juillet 1990, en deux exemplaires, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

[*Signé*]

FRANCISCO REZEK

Pour le Gouvernement
de la République du Chili :

[*Signé*]

ENRIQUE SILVA CIMMA
